

DAS LIGAS AO MST: LUTA PELA TERRA E A TERRITORIALIDADE CAMPONESA

Alex Dias de Jesus¹

RESUMO

Diversos são os movimentos de luta pela terra e na terra no Brasil, com diferentes estratégias de atuação, princípios políticos e formas de surgimento. No interior desses movimentos, camponeses e trabalhadores desempregados enxergam a possibilidade de ter a terra para trabalhar e manter, de forma mínima, as condições necessárias para sua sobrevivência e reprodução social. As primeiras lutas camponesas organizadas, com proporção nacional ocorreram nas décadas de 1950/60 com as Ligas Camponesas formadas no Nordeste brasileiro. Até 1964 as Ligas atuaram em 14 estados brasileiros, reunindo e organizando milhares de camponeses. As Ligas estavam prestes a se transformar em uma organização política mais forte, conseqüente e com um programa que extrapolava a questão agrária, até que veio o golpe militar e elas foram destroçadas. Porém a luta pela terra não cessou e a garra, a determinação dos camponeses integrantes das Ligas estão presentes hoje no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se considera herdeiro natural daquela histórica organização. Pretendemos, portanto, analisar o sentido da luta pela terra desde as Ligas até o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A análise de documentos históricos e material bibliográfico constituem-se na metodologia da pesquisa.

Palavras – chaves: Ligas Camponesas, MST, Luta pela terra.

INTRODUÇÃO

O artigo que apresentamos tem como objetivo principal contar a história da luta pela terra no Brasil desde as Ligas Camponesas até as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Evidentemente, a luta pela terra tem início bem antes no território brasileiro. Foram os índios, os primeiros a enfrentar a fúria do colonizador na sua saga por terras.

Depois veio a resistência negra nos quilombos e muitos outros conflitos que surgiam pelo país afora. Entretanto somente na década de 1950 é que surge o primeiro movimento social com caráter nacional: As Ligas Camponesas.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – Brasil. E-mail: alexdiaspj@yahoo.com.br

Com a ditadura militar, as Ligas deixaram de existir e um novo movimento de luta pela terra só começa a ser gestado quando o regime militar mostrava os primeiros sinais de falência. Nos primeiros anos da década de 1980, ocupações de terras motivam a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que se considera herdeiro natural das Ligas Camponesas.

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

A história do Brasil é marcada pela violência. O espaço agrário, durante toda a história do país, foi e continua sendo, palco de violentos conflitos por terra e liberdade. Muitas vidas de camponeses, líderes sindicais, índios, religiosos foram ceifadas ao se oporem ao território do latifúndio reinante no Brasil.

O rastro de violência não é recente. Desde os primeiros contatos com os índios, ela manteve-se como regra para conquista de novos espaços no território brasileiro. Foram os povos indígenas, os primeiros a conhecerem a cobiça dos colonizadores pela terra alheia. Dos cerca de cinco milhões estimados no início da colonização, restaram pouco mais de quatrocentos mil que ainda hoje vivem ameaçados pela expansão do capital pelas terras brasileiras.

Depois de se estabelecerem, inicialmente na costa, expulsando e dizimando os povos indígenas, os portugueses avançavam para o interior do continente. No primeiro momento não havia exploração das terras para a agricultura, predominava a extração de madeiras para construção e elaboração de corantes, como o Pau Brasil.

A grande extensão da costa brasileira a tornava vulnerável a qualquer ataque estrangeiro. Portugal via na ocupação e povoamento, a estratégia para garantir o controle das terras recém conquistadas. Entretanto, como afirma Germani (2006. p. 6) “Esta opção da coroa portuguesa encontrava um sério obstáculo: ninguém se interessava por vir ao Brasil. Além de ser uma aventura perigosa, não havia atrativos que apontassem para o êxito econômico deste projeto”.

Tal dificuldade encontrou uma possibilidade de superação: a qualidade do solo litorâneo – denominado massapé e o clima do Brasil, características que se apresentavam como promissores para o plantio da cana-de-açúcar. Este produto era escasso e possuía um alto valor comercial na Europa.

Necessitava para tal fim, de mão-de-obra disponível para o cultivo da cana e a fabricação do açúcar. A fase de extração de madeira e livre acesso às terras foi dando lugar à escravidão do índio e à divisão do território.

O sistema adotado para a ocupação da nova colônia foi o das capitânicas hereditárias que consistia em dividir o litoral brasileiro em doze faixas lineares com largura que variavam de 30 a 100 léguas e que tinha como limite à Oeste, a linha imaginária delimitada pelo Tratado de Tordesilhas.

Estava delimitado e regulamentado o novo formato para a exploração das terras com o plantio da cana-de-açúcar, utilizando mão-de-obra indígena. Porém, as constantes revoltas e a não adaptação dos índios às pesadas atividades da agricultura fizeram com que fossem substituídos pelos africanos. Sobre isso, Germani afirma:

A questão indígena nunca encontrou uma solução e perdura sem se resolver até hoje. Em relação ao direito dos nativos à propriedade da terra a história é uma total tragédia. Em relação à sua escravidão, esta foi abrandada, indiretamente, na medida em que aumentava a entrada dos escravos africanos. Assim iniciava-se outra página, não menos trágica, da história do país: a dos negros africanos (GERMANI 2006. p. 14).

A escravidão negra em terras brasileiras também foi acompanhada por uma história de lutas e resistências. Muitos conflitos seguiram nesse período onde negros fugiam das senzalas e formavam quilombos mata adentro. O mais importante deles, Palmares, no interior de Alagoas, chegou a abrigar vinte mil pessoas entre negros, índios e alguns brancos.

A tentativa de construção do território livre foi interrompida pela fúria dos bandeirantes sob o comando de Domingos Jorge Velho, destruidores da terra de liberdade, jagunços dos senhores do açúcar. Desde Palmares, o povo negro

não cansa de lutar e ainda hoje vive em encontros com fazendeiros e o Estado pelo reconhecimento de suas terras.

O fim da escravidão em 1888, não foi suficiente para remover as injustiças no campo. No Nordeste latifundiário do açúcar e do algodão, nasce Canudos, importante movimento de resistência à ordem republicana, liderado por Antônio Conselheiro. Os camponeses residentes em Canudos queriam construir um território autônomo de uso coletivo da terra, o que foi visto como ameaça à república que destinou metade do exército para destruí-los. Mesmo com o enorme contingente, as forças militares sofreram severas derrotas pelo povo de Canudos que em nenhum momento se rendeu, sendo exterminados após um ano de intensos e sucessivos combates.

No início do século passado, entre 1912 a 1916, ocorreu a Guerra do Contestado nos limites dos estados do Paraná e Santa Catarina onde camponeses lutavam por terras em constante levante contra o exército brasileiro.

A origem do conflito está na construção da estrada de ferro que ligaria Itararé em São Paulo e Santa Maria no Rio Grande do Sul. Além da concessão para construir a ferrovia, a empresa responsável tinha direito a aproveitar nove quilômetros de terras devolutas em cada margem para projetos de colonização e uma faixa de quinze quilômetros para extração de madeiras.

Ocorre que muitas áreas já estavam ocupadas por muitos posseiros que ao serem expulsos, ocupavam outras terras e não tardava para aparecer um novo dono. Em 1912, surge na região o monge José Maria que começou a liderar os camponeses. Uma ação militar desfaz o movimento, executando, dentre outros, o monge José Maria.

Um ano após, ocorre uma suposta “ressurreição” do monge através da filha de um sertanejo a “virgem” Maria Rosa que reuniu novamente o grupo. Nos últimos dias de 1913 começam os conflitos diretos entre os trabalhadores e o exército. A guerra se estendeu por quatro anos, agregando cerca de 20 mil camponeses. O grupo foi destruído e no início de 1916 não havia mais encontros, mas a questão da propriedade da terra continua latente. Em

1940 as terras são incorporadas à União, mas somente em 1975 foram cedidos os títulos definitivos de propriedade aos posseiros.

Outro importante momento de luta camponesa para a garantia da terra ocorreu em Goiás por volta de 1948 às margens da estrada Transbrasiliana, que se transformaria na rodovia Belém-Brasília em 1961. Camponeses originários do Maranhão e do Piauí chegaram à região, liderados por José Porfírio e abriram posses numa área de terras devolutas. As mesmas terras, entretanto, já haviam sido griladas por um grupo de fazendeiros, dentre eles o juiz local.

Inicialmente há propostas de compra das posses, posteriormente há tentativas de transformar os posseiros em parceiros. Diante da recusa, os fazendeiros lançam jagunços sobre os camponeses. No ano de 1953 a violência intensificou-se, principalmente com a família de José Porfírio.

Em 1954, chegam à região, militantes do Partido Comunista do Brasil que passaram a viver e trabalhar na área. Os camponeses organizaram-se em conselhos de córregos e desenvolveram o trabalho coletivo de mutirão nos momentos de tensão mais aguda e fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas encarregada de representá-los para conseguir a propriedade da terra.

Quando em 1957, o governo estadual mandou para a região um forte contingente para combatê-los, o Partido Comunista propôs um acordo: apoiar o governador Pedro Ludovico nas pretensões de estender seu mandato e apoiar a candidatura do seu filho, Mauro Borges à sucessão governamental. Em compensação, as tropas saíam do local, o que foi feito. Com isso, afirma Martins:

Até 1964, a região de Trombas e Formoso se constituiu num território liberado, de certo modo sujeito a governo próprio, uma espécie de governo popular; o que foi facilitado pela criação do município de Formoso, por solicitação dos camponeses, além da eleição de José Porfírio para deputado estadual (MARTINS, 1981. p. 81).

Após o golpe militar em 1964, os líderes do movimento haviam fugido, sendo presos em 1970 e barbaramente torturados. José Porfírio foi preso em 1972 no Maranhão, solto em 1975, desapareceu completamente em Brasília.

Na mesma época, começava no Paraná o conflito por terras que culminaria na Guerrilha de Porecatu em 1950. Desde 1946, cerca de mil e quinhentas famílias viviam em terras na região do Sudoeste do Paraná. Estas mesmas terras foram cedidas, pelo governo do estado, a grandes proprietários. Nos últimos meses de 1950 devido à ação do Partido Comunista do Brasil, eclodiu a guerrilha, tendo como um dos líderes, José Billar.

As lutas prosseguiram até 1951, quando assumiu um novo governo disposto a resolver o problema. Em 15 de março do mesmo ano, as terras foram declaradas de utilidade pública para desapropriação. Ainda em junho havia de trezentos a quatrocentos camponeses armados, emboscados nas matas de onde só saíam para atacar. Foram desarmados por uma força policial de cerca de duzentos e cinquenta homens.

As lutas de Canudos, na Bahia; Contestado, entre Santa Catarina e Paraná; a guerrilha de Porecatu, também no Paraná; as greves de colonos nas fazendas de café em São Paulo; Trombas e Formoso em Goiás; dentre outras, representaram importantes capítulos do enfrentamento camponês ao Estado e aos latifundiários. Porém, forma conflitos localizados, sem articulação nacional.

Somente com as Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960 é que a luta pela terra ganhou dimensão nacional. “As Ligas foram organizando, no Nordeste brasileiro, a luta dos foreiros, moradores, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata, contra o latifúndio” (OLIVEIRA, 1988. p 25).

Passamos a analisar agora o processo de gestação, organização e luta do primeiro movimento camponês com expressão nacional no território brasileiro.

O SURGIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS

As primeiras lutas camponesas organizadas com proporção nacional ocorreram nas décadas de 1950 e 1960 com as Ligas Camponesas formadas no Nordeste brasileiro. Estas, como afirma Stédile (...) “foram poderoso movimento de massas, com enorme capacidade de mobilização, para defender a urgência da realização da reforma agrária com a palavra de ordem: ‘reforma agrária na lei ou na marra’”.

Em 1945, o Brasil retornava ao regime de garantias democráticas, interrompido pelos dez anos da ditadura Vargas, com um clima de grande mobilização no campo em diversos estados. Nesse período destacou-se a influência do Partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais, vide os exemplos já citados de Porecatu no Paraná e Trombas e Formoso em Goiás.

Mesmo depois de muito tempo de se conseguir registrar os primeiros sindicatos rurais no Brasil em 1933, o dos trabalhadores do município de Campos no Rio de Janeiro, o sindicalismo rural não funcionava de maneira efetiva em virtude de uma série de restrições no âmbito do código civil. Tornava-se mais fácil a formação de associações com diversos fins do que um sindicato com caráter especificamente trabalhista que, dentre outras coisas, exigia-se registro no Ministério do Trabalho.

É nesse caminho que operam as ações do Partido Comunista, influenciando entre 1945 e 1947, o surgimento de centenas de Ligas Camponesas, reunindo milhares de trabalhadores em muitas partes do Brasil. Para Moraes:

Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas nas assembleias estaduais e municipais, com grande contribuição da votação camponesa (MORAIS, 1997. p. 22).

De acordo este autor, com o fechamento do Partido Comunista em 1947, pelo Governo Dutra, as Ligas também deixaram de existir. Nesse período não

houve a presença de grandes líderes camponeses no interior do movimento exatamente pela dependência do Partido Comunista.

O período de 1948 a 1954 é marcado pela autonomia do movimento camponês ou de pequena influência do Partido. Somente a partir de 1954 as Ligas voltam a se organizar, inicialmente em áreas onde elas já haviam existido no período de 1945-1947, como a Liga de Iputinga, nos arredores de Recife-PE. Foi nessa Liga que se destacou a liderança de José dos Prazeres que, posteriormente atuou na reorganização dos camponeses de Pernambuco que rapidamente se espalhou por outros estados.

José dos Prazeres, em anos anteriores, teve larga experiência de militância no movimento sindical urbano e em diversos levantes comunistas nos primeiros anos do século XX. Em 1947, abandona o Partido Comunista e passa a atuar na mobilização dos trabalhadores rurais através da Liga de Iputinga, além disso, articulava-se com grupos de camponeses em conflito com latifundiários. Esses contatos foram fundamentais para reorganizar os camponeses de Pernambuco com a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP).

A SAPPP, originada no núcleo de camponeses do engenho da Galiléia, município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, teve uma gestação muito difícil, principalmente quando o seu presidente de honra, Oscar Beltrão, que era o próprio dono do engenho decaiu do cargo e começou a perseguir os camponeses.

Tal fato ocorreu como consequência das mudanças de reivindicações dos camponeses que inicialmente se organizavam em sociedade de auxílio funerário e que, gradativamente, foram incorporando outras demandas que confrontavam com os interesses do proprietário do engenho. Uma das reivindicações era a extinção do cambão – pagamento em trabalho pela utilização da terra pelos camponeses para culturas de subsistência.

A experiência de José dos Prazeres fez com que o ressurgimento das Ligas concebesse dois pontos básicos da nova tática de atuação política: o primeiro, era que a organização camponesa deveria ter uma estrutura regional

e não locais, visto que uma organização local era facilmente sufocada pelos latifundiários e policiais; segundo, era a necessidade de um apoio urbano, sobretudo de políticos e intelectuais vinculados às camadas sociais que ajudariam em momentos de disputas políticas e no processo de divulgação e defesa do movimento camponês.

Esse apoio viria a se concretizar com o Conselho Regional das Ligas, tendo como presidente de honra, o advogado mais experiente, o deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião. Embora inicialmente Julião tenha se aproximado do movimento com objetivos eleitoreiros para a sua reeleição no quadriênio seguinte, ele reunia qualidades que o confirmavam na liderança das Ligas Camponesas.

... a paciência e humildade com que ouvia os camponeses; a prodigalidade com que distribuía favores e dinheiro aos camponeses mais necessitados; o paternalismo em que envolvia suas relações políticas com grupos de camponeses acostumados por gerações inteiras, ao paternalismo dos grandes donos de engenho (MORAIS, 1997. p. 36).

Com essa nova organização, rapidamente as Ligas começaram a sua expansão e visibilidade. Um fato importante desse processo foi a desapropriação do engenho Galiléia e distribuição das terras entre os camponeses em 1959. Esse acontecimento estimulou de maneira extraordinária o movimento das Ligas, extrapolando as fronteiras de Pernambuco, consolidando seu prestígio no Nordeste e em outras regiões.

Em 1960 iniciava-se uma rápida expansão das Ligas pelo resto do país. Em menos de um ano nasceram, em dez estados brasileiros, comitês regionais, dirigindo pequenas Ligas que eram, às vezes, impulsionadas por líderes pernambucanos. Apesar de sua expansão, as Ligas não tinham uma organização social coesa, capaz de unificar as numerosas organizações de massa que as integravam.

Porém, um fato novo mudaria a conjuntura interna das Ligas: a ameaça da invasão de Cuba pelos Estados Unidos. Com essa possibilidade, os dirigentes das Ligas temiam que com a queda do governo de Fidel, caíssem também os aliados, a exemplo do presidente Jânio Quadros. As Ligas começaram, a longo prazo, a abandonar a organização das massas rurais e passaram a preparar focos de resistência guerrilheira.

Até 1964, as Ligas atuaram em 14 estados brasileiros, reunindo e organizando milhares de camponeses, como relata Morais:

O apogeu das Ligas Camponesas como organização de massas rurais deu-se nos primeiros meses de 1964, época em que se conseguiu organizar a Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco, integrada por quarenta organizações camponesas (ligas), um liga de mulheres, uma liga de pescadores, uma liga urbana, uma liga de desempregados e quatro sindicatos de assalariados agrícolas (MORAIS, 1997. p 67).

Nos meses que antecederam o golpe militar as Ligas congregavam nacionalmente entre 70 e 80 mil pessoas. A partir do seu ressurgimento em 1955, elas deixaram de ser organizações isoladas para se tornarem um movimento camponês de massa com grande repercussão nacional e internacional. “Não se pode negar o importante papel que as Ligas desempenharam entre 1955 a 1964 na consciência nacional em favor da reforma agrária” (MORAIS, 1997. p. 71).

Em junho de 1964 deveria ser realizado o I Congresso das Ligas Camponesas do Brasil, para aprovar suas teses, seus novos estatutos e eleger sua direção definitiva, mas o golpe militar de abril interrompeu todo esse processo.

Sua organização foi destruída, seus líderes foram presos, torturados, exilados e mortos, alguns deles pelos próprios fazendeiros e usineiros. “Depois de dez anos de muitas lutas, mobilizações, sacrifícios e conquistas, as Ligas

Camponesas derrotadas e dizimadas por forças infinitamente superiores, deixaram de existir como organização social” lembra Stédile (2006. p. 14).

Durante o período militar, o modelo econômico, pautado na modernização do país e conseqüentemente do campo, deu origem a uma política calcada no agronegócio e no cultivo de grandes extensões de terra, sobretudo para exportação.

Esse sistema financiou a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, causando grandes transformações no campo. De um lado, aumentaram as áreas de cultivo de monocultura de soja, laranja, cana-de-açúcar, dentre outras; intensificou a mecanização da agricultura e aumentou o número de trabalhadores assalariados no campo.

Por outro lado, agravou ainda mais a situação de expropriação e pobreza vivenciada por milhares de trabalhadores rurais. Juntamente com esse modelo, vieram as mais variadas formas de repressão e tentativa de desmobilização dos camponeses.

É nesse cenário que surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Organismo ligado à Igreja Católica, criado para atuar juntamente com os trabalhadores rurais assalariados e camponeses. Ela é fruto de preocupações de parte dos bispos do Brasil com a questão agrária. Seu surgimento ocorre em Goiânia, em junho de 1975, no Encontro da Pastoral da Amazônia Legal. Inicialmente a CPT atuou junto aos trabalhadores e trabalhadoras com o serviço pastoral, porém foi se envolvendo, gradativamente na luta diária e passou a organizar mais politicamente esses trabalhadores.

Os primeiros a receberem a atenção da CPT foram os posseiros da Amazônia, mas rapidamente seu trabalho se espalhou por vários cantos do país, defendendo a causa dos lavradores, envolvendo-se com os expropriados pelos grandes projetos de construção de barragens e, mais tarde, com os sem-terra. Atualmente ela atua também com trabalhadores assalariados, a exemplo dos bóias-frias. O trabalho dos agentes da CPT “preparou o terreno” em vários estados, possibilitando a organização da luta e o surgimento de diversos Movimentos Sociais.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA

No início da década de 1980, ocorria um reascenso dos movimentos de massa no Brasil. O fim da ditadura estava próximo e um entusiasmo tomava conta de grande parte da esquerda brasileira. Foi nessa década que setores importantes da esquerda brasileira foram formados, como o Partido dos Trabalhadores - PT e a Central única dos Trabalhadores - CUT. Vários agentes pastorais intensificavam o processo de conscientização popular à luz da Teologia da Libertação.

É nesse contexto que, inspirado pelo trabalho da Comissão Pastoral da Terra, juntamente com a ação de sindicatos de trabalhadores rurais do Sul do país, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. Sobre o processo de gestação do movimento, Fernandes descreve que:

O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim a sua origem não pode ser compreendida por um momento ou uma ação, mas por um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos (FERNANDES, 1999. p. 65).

Após a ocupação da gleba Macali, no dia 25 de setembro de 1979, cerca de setenta famílias ocupam uma gleba vizinha, a gleba Brilhante no mesmo município. Em outubro do mesmo ano, cento e cinqüenta famílias ocupam a fazenda Anoni no município de Sarandi – RS e são despejadas. Desse despejo, surge o acampamento de Encruzilhada Natalino. Cinco anos depois, cerca de duas mil e quinhentas famílias voltam a ocupar a fazenda Anoni.

A partir daí, surgem ocupações de terra em diversos estados, principalmente no Centro-Sul do país. Alguns movimentos já haviam criado sua própria denominação, como os trabalhadores do Oeste do Paraná: Movimento

dos Agricultores Sem-Terra do Oeste – MASTRO e o Movimento dos Sem-Terra de Sumaré, dentre outros.

A imprensa divulgava em pequena parte estas lutas, mas foi o trabalho de setores da Igreja Católica que espalhava as ocupações, motivando outras em diferentes lugares. Nesse momento, a CPT já possuía uma articulação nacional que contribuía para o contato entre os trabalhadores sem-terras de vários estados.

Um primeira aproximação ocorreu no plano regional, no município de Medianeira-PR. No plano nacional, nesse mesmo ano, em setembro, a CPT promoveu um encontro em Goiânia com a participação de trabalhadores de dezesseis estados. Esse foi um momento importante de contato e troca de experiências, ainda sem uma articulação e propostas mais articuladas.

Desse encontro, surgiu uma articulação das lutas dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, que criaram uma Coordenação Regional Provisória em janeiro de 1983. No mesmo ano foram realizados encontros em cidades do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Essa Coordenação Regional chegou a conclusão de que as lutas estavam existindo por todo o país e ousaram convocar um encontro nacional para janeiro de 1984. A CPT apoiava a organização do encontro fazendo contatos e conseguindo infra-estrutura.

Em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel – PR, inspirados pelo trabalho pastoral da CPT, lideranças camponesas de dezesseis estados brasileiros decidem fundar o MST. Com objetivo de organizar um movimento de massa nacionalmente organizado, que pudesse conscientizar os camponeses a lutarem por terra e por uma sociedade mais justa, surge o maior movimento camponês que o Brasil já conheceu. Sobre isso, Stédile (2009. p. 2) destaca que “Queríamos, enfim, combater a pobreza e a desigualdade social. A causa principal dessa situação no campo era a concentração da propriedade da terra, apelidada de latifúndio” ([www. MST.org.br](http://www.MST.org.br)).

A realização do I Congresso do MST em Curitiba-PR concretizava uma parte dos objetivos traçados um ano antes e dava ânimo e coesão para as lutas que espalhavam por todo o país. A partir do Congresso, o movimento constrói sua organização que funciona da seguinte forma:

Coordenação Nacional → Direção Nacional → Coordenação Estadual → Direção Estadual → Coordenações Regionais → Coordenação dos Assentamentos e Acampamentos

Durante os seus 26 anos de existência, o MST deu passos firmes para a conquista da terra por milhares de famílias brasileiras. Enfrentou a ira dos latifundiários que não tiveram vergonha de aparecer publicamente com o nome de União Democrática Ruralista – UDR amparada, muitas vezes, pela estrutura estatal.

Ao longo da caminhada, o MST resistiu a intensas perseguições, mas conseguiu organizar mais de 400 associações e cooperativas que produzem alimentos a preços baixos disponíveis nas cidades; construir cerca de 2.000 escolas públicas em assentamentos e acampamentos, alfabetizando mais de 160 mil crianças e mais de 50 mil adultos nos últimos anos; organizar e manter mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades por todo o Brasil.

Através da luta, cerca de 350 mil famílias conquistaram a terra e seguem lutando para nela permanecer com dignidade, fazendo com que ela cumpra sua função social que é produzir para o povo. Atualmente, o MST segue com ocupações em 26 das 27 unidades da federação, afirmando que é preciso enfrentar o latifúndio.

CONCLUSÃO

A não-reforma agrária que se faz no Brasil é prova concreta que só a mobilização social dos trabalhadores sem terra é capaz de mexer as estruturas de poder consolidadas através do estado.

A territorialidade camponesa que dá nome a este artigo trata-se da vontade e necessidade de milhares de famílias de estarem na terra para produzir e viver. É a terra de trabalho, terra de vida. Não é a terra de explorar o trabalho alheio das grandes multinacionais do setor de grãos ou das usinas de açúcar e álcool.

O MST considera-se herdeiro natural das Ligas Camponesas, além das semelhantes mobilizações que abalam o campo e a cidade, um curioso encontro marca historicamente essa relação.

Entre 1976 e 1978, João Pedro Stédile, membro da Coordenação Nacional do MST, ganha uma bolsa de estudos no México. Lá vivia, nesse período, o ex-líder das Ligas, Francisco Julião. Encontraram-se muitas vezes, tendo como ponto principal das conversas a reforma agrária. Assim o MST continua hoje, também, as bandeiras de lutas iniciadas com as Ligas.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 2000.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro**. Revista GeoTextos, vol. 2, nº 2, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STÉDILE João Pedro. (Org.) **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo. Contexto, 1999.

STÉDILE, João Pedro. (Org.) **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

WWW.mst.org.br – Acesso feito em 15 de março de 2011.